

LINGUAGEM simples

Usos principais

MODELO BUROC

- **B de burocrático:** textos que envolvam procedimentos e preenchimentos complexos.
Ex: formulário de seguro
- **U de unfamiliar (não familiar):** textos pouco frequentes para o leitor. Podem não ser familiares pela linguagem adotada (jurídica, técnica, administrativa, científica). Ex: contrato
- **R-O de rights-oriented (orientado a direitos):** textos relacionados a situações que afetam as escolhas das pessoas em relação a seus direitos de cidadãos, pacientes, consumidores.
Ex: explicação de como votar
- **C de critical (crítico):** textos relacionados a situações críticas, que requeiram decisões ou ações urgentes ou muito importantes. O estresse dessas situações pode afetar a capacidade de decisão ou de cognição. Ex: pedido de aposentadoria; bula de remédio em situação de emergência

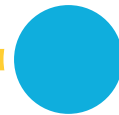
Família ISO 24495



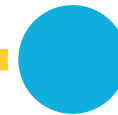
Parte 1:
princípios e
diretrizes
norteadores



Parte 2:
textos jurídicos



Parte 3:
textos científicos



Parte 4:
requisitos para
organizações



Parte 5:
design

Norma ISO/ABNT

(ISO 24494-1:2023/ABNT NBR ISO 24495-1:2024)

Linguagem Simples é a comunicação que põe os leitores em primeiro lugar.
Os leitores que integram o público-alvo devem conseguir, com facilidade:



Princípios norteadores: relevante - localizável - compreensível - usável

Uma técnica que vai além do texto



PLANEJAR

Quem precisa
entender o texto

Mapear o contexto

Mapear necessidades

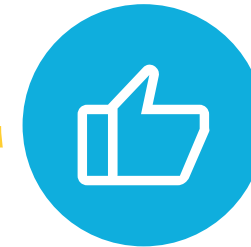
Reduzir dificuldades

Definir conteúdo



DESENVOLVER

Diretrizes de
arquitetura da
informação, texto
e design



AVALIAR

Validação técnica

Teste com o público

Avaliação heurística

Técnica multidisciplinar



NÃO GARANTE ACESSIBILIDADE

Normas ISO e ABNT: "Linguagem Simples não deve ser confundida com Leitura Fácil.
A Linguagem Simples pode ser usada para o público em geral, enquanto a Leitura Fácil é usada para pessoas com dificuldades de compreensão de leitura."



Linguagem Simples

- Linguagem Clara
- Plain Language
- Language Claro



Leitura Fácil

- Linguagem Fácil
- Easy Read
- Easy Language
- Lectura Fácil



ALGUNS exemplos

Cartas e notificações



Década de 2020

O Ministério da Justiça português simplificou a carta que notifica os cidadãos sobre a execução de uma dívida comercial.

A nova notificação retirou ou explicou termos jurídicos, mudou a ordem das informações e acrescentou informações essenciais, como:

- o que fazer caso discorde da dívida
- como pagá-la
- o que acontece se a dívida não for paga no prazo

Cartas e notificações



REPÚBLICA
PORTUGUESA

JUSTIÇA

Década de 2020



Secretaria Judicial
Balcão Nacional de Injunções

Apartado 8291, EC Cabo Ruivo, 1803-001 Lisboa
Apenas para uso dos CTT em caso de devolução.
Não envie correio para este apartado.

Injunção n.º [REDACTED]
Data: 05-09-2016
Identificador Citius: [REDACTED]
(Pode usar o identificador Citius para ver esta
notificação online em www.citius.mj.pt)
Telefone: 220 949 310



[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

O valor que lhe é exigido

Pagamento de uma dívida relativa a
um contrato de fornecimento de bens e
serviços

Dívida principal:..... 764,91 €
Outras quantias:..... 00,00 €
Taxa de justiça:..... 51,00 €
Juros de mora:..... 80,00 €

Valor exigido:..... 895,91 €

O pedido foi apresentado contra si por:

[REDACTED]

Porque está a receber esta notificação

Está a receber esta notificação porque esta secretaria judicial recebeu um pedido de injunção contra si. Poderá ter de pagar 764,91 € mais os juros pelo atraso e a taxa de justiça, o que soma um total de **895,91 €**. Por isso, a sua resposta a esta notificação é muito importante.

Segundo o pedido de injunção apresentado contra si, não foram feitos pagamentos devidos por um contrato de prestação de bens e serviços feito em 04-06-2014 (Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio).

A injunção é uma forma rápida de exigir o cumprimento de dívidas

Um pedido de injunção é um requerimento para cobrar uma dívida resultante de um contrato. Se a pessoa contra quem é feito o pedido não pagar nem responder opondo-se à injunção, pode ser pedida em tribunal a penhora dos seus bens ou rendimentos.

Conheça os fundamentos do pedido de injunção

Consulte a última página desta notificação para conhecer em detalhe o pedido que foi apresentado contra si. Caso considere não ter de pagar o valor que lhe é exigido, a sua resposta a esta notificação é muito importante.

Tem 15 dias para reagir ao pedido de injunção

No prazo de 15 dias após receber esta notificação, pode escolher:

- pagar 895,91 € diretamente a quem fez o pedido contra si; ou
- responder-nos indicando motivos para não ter a obrigação de pagar.

Saiba como pagar ou responder nas páginas seguintes

Tenha em atenção que os 15 dias para reagir ao pedido de injunção apresentado contra si começam a contar no dia a seguir à assinatura do aviso de receção desta notificação.

O que acontece se não fizer nada no prazo de 15 dias

Se não pagar nem responder dentro do prazo, o pedido de injunção vai ser suficiente para haver uma ação executiva em tribunal. Por causa dessa ação executiva contra si, os seus bens ou rendimentos podem vir a ser penhorados para pagar o valor que lhe é exigido.

Na ação executiva, o valor a pagar aumenta porque passa também a dever:

- juros pelo atraso no pagamento desde 03-02-2016
- juros de 5% desde a data em que a ação executiva seja possível
- as custas judiciais da ação executiva.

Ação executiva é um processo judicial em que alguém com um título executivo pede ao tribunal que penhore os bens ou os rendimentos de outra pessoa para receber um pagamento.

Título executivo é um documento que permite avançar com a ação executiva para cobrar uma dívida. Por exemplo, um pedido de injunção pode tornar-se um título executivo.

Oposição é o nome que damos à sua resposta a esta notificação. A lei dá-lhe 15 dias para "deduzir oposição", ou seja, responder-nos indicando motivos para não ter de pagar.

Cartas e notificações



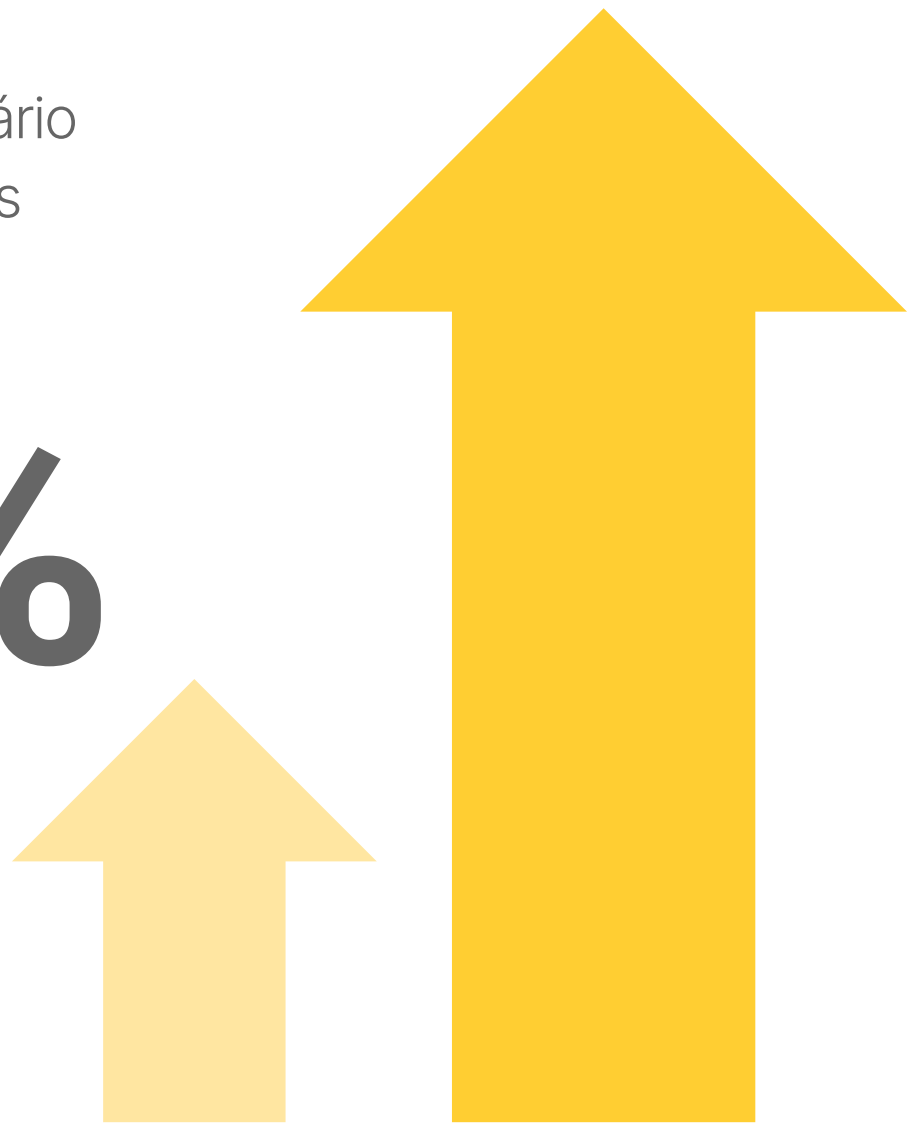
REPÚBLICA
PORTUGUESA

JUSTIÇA

Década de 2020

Com a nova carta,
o pagamento voluntário
de dívidas comerciais
aumentou em

67%



Cidadania

Vendor Power - NY

2009

- Quando o projeto foi criado, vendedores de rua pagavam multas de **até 1000 dólares** por infrações como posicionar a banca a mais de 40 cm do meio-fio.
- Um livreto explica como evitar as infrações legais mais frequentes.
- Foi distribuído para mais de 10 mil vendedores.

Cidadania

Vendor Power - NY

2009



A street vendor checked out a copy of the project.

Cidadania



2023

- Ao migrar para o regime aberto, os presos recebiam o texto de uma portaria com os acordos que precisavam observar para não voltar ao regime fechado.
- **32%** dos que retornavam o faziam por não cumprir algum acordo - é a chamada "regressão por descuido".
- Um ano após passarem a receber as informações em um folheto simplificado, a taxa de regressão por descuido baixou para

zero

“A clareza é necessária para a mensagem
deixar de ser um privilégio e passar a ser um
bem comum”

Antônio Cândido

MANUAL DE LINGUAGEM

simples

bit.ly/manualroedel

patricia.roedel@camara.leg.br

